



MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 506 149 811

Handwritten signature

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

"SERVIÇOS DE ALUGUER, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ILUMINAÇÃO DECORATIVA COM MOTIVOS NATALÍCIOS"

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, nesta Vila de Montalegre, no edifício dos Paços do Município e no gabinete do Presidente da Câmara Municipal, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO: PRIMEIRO: _____, titular do cartão de cidadão número _____, válido até _____, casado, natural da freguesia de _____, concelho de _____, e residente em _____, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Montalegre e em representação do **Município de Montalegre**, pessoa coletiva de direito público, com o NIPC 506 149 811, com sede no edifício dos Paços do Concelho, sito à Praça do Município, n.º 1, Vila de Montalegre, 5470-214 Montalegre, conforme resulta da ata de instalação da respetiva Câmara Municipal de dezanove de outubro de dois mil e treze.


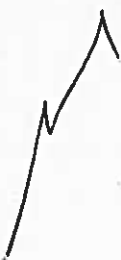
e
SEGUNDO: _____, natural de Montalegre e residente em _____, na _____, titular do cartão de cidadão n.º _____, válido até _____, que outorga na qualidade de gerente e em representação da firma **Montalegre as Claras Unipessoal Lda.**, pessoa coletiva 515 145 980, com sede na Zona Industrial n.º 58, 5470-254 Montalegre, matriculada na conservatória do registo comercial de Braga sob aquele mesmo número, com o capital social de 1000,00 €.

Verifiquei a identidade do primeiro outorgante, bem como a qualidade e poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, por conhecimento pessoal, e a identidade, qualidade e poderes do segundo outorgante, mediante a exibição do referido documento de identificação pessoal e pelo teor da certidão permanente de registo comercial consultada hoje no portal do cidadão, da qual foi feita uma impressão, conforme documentos que me foram exibidos e que se encontram arquivados, neste serviço, no maço de documentos relativo ao contrato n.º 83/2019.

E pelo primeiro outorgante, em nome e representação do município de Montalegre, foi dito que:

Cláusula Primeira (Objeto da prestação de serviços)

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, pela representada do segundo outorgante ao Município de Montalegre, representado pelo primeiro outorgante, de aquisição de serviços de aluguer, montagem e desmontagem de iluminação festiva com motivos natalícios em diversos locais do concelho de Montalegre, de acordo com as especificações constantes do



caderno de encargos, convite, e da sua proposta, documentos cujo respetivo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais, os quais depois de rubricados e assinados pelas partes ficarão arquivados no maço de documentos relativo a este contrato.

Cláusula Segunda
(Modo de execução e prestação de serviços)

A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato, deverá ser feita de acordo com o programa de trabalhos apresentado pelo segundo outorgante na sua proposta e na observância do caderno de encargos.

Cláusula Terceira
(Prazo de vigência do contrato)

O presente contrato de prestação de serviços decorrerá pelo prazo de 32 dias, com início em 15 de dezembro de 2019 e fim em 15 (quinze) de janeiro de 2020.

Cláusula Quarta
(Preço e condições de pagamento)

1. O preço, pela prestação de serviços identificados na cláusula primeira é de € 19.900,00 (dezanove mil e novecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O pagamento será feito da seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento) no final dos serviços de montagem de iluminação festiva com motivos natalícios, no valor de € 9.950,00 (nove mil novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e, os restantes

- 50% (cinquenta por cento) correspondentes aos serviços de desmontagem de iluminação festiva com motivos natalício, no valor de € 9.950,00 (nove mil novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula Quinta
(Sigilo)

A representada do segundo outorgante garantirá sigilo quanto a informações que os seus técnicos e operadores venham a ter conhecimento relacionado com a atividade do representado do primeiro outorgante.

Cláusula Sexta
(Cessão da posição contratual)

1. O representado do segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem a autorização prévia e expressa do representado do primeiro outorgante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto nos



MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 506 149 811

artigos 316.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Cláusula Sétima
(Fiscalização)

1. O primeiro outorgante fiscalizará a execução dos serviços a cargo do segundo outorgante no âmbito do objeto do presente contrato, podendo emitir instruções, recomendações e diretivas.
2. No caso de tais instruções, recomendações ou diretivas se traduzirem em encargos adicionais para o segundo outorgante, o respetivo montante pecuniário, previamente acordado, será suportado pelo primeiro outorgante.

Cláusula Oitava
(Da responsabilidade pela prestação dos serviços contratualizados)

A representada do segundo outorgante é inteiramente responsável pela prestação dos serviços objeto do presente contrato e pela utilização dos meios humanos e equipamento, cabendo-lhe efetuar os necessários seguros da sua atividade, nomeadamente de acidentes trabalho e de responsabilidade civil extracontratual.

Cláusula Nona
(Casos fortuitos ou de força maior)

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas neste contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais obrigações à outra parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula Décima
(Rescisão do contrato)

1. Em caso de incumprimento contratual, a parte lesada notificará a outra, concedendo-lhe um prazo de 24 horas para proceder ao cumprimento das obrigações em falta.
2. Se persistir o incumprimento, tem a parte lesada o direito de exigir a resolução do contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações por perdas, danos e juros de mora, se for caso disso.
3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços contratados, superior a dois dias, por motivo imputável à contratada.
4. A resolução opera-se por simples comunicação escrita ao contraente faltoso, nos termos

legais, com a indicação fundamentada das cláusulas contratuais não cumpridas.

Cláusula Décima Primeira
(Casos omissos)

Na parte não especialmente prevista no presente contrato, aplicar-se-ão as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, 31 de agosto, e ulteriores alterações.

Cláusula Décima Segunda
(Foro competente)

Em todas as questões emergentes do presente contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, renunciando a representada do segundo outorgante ao foro de qualquer outra jurisdição.

Cláusula Décima Terceira
(Prevalência)

1. Fazem parte integrante deste contrato, o programa de procedimento, o caderno de encargos e a proposta apresentada pela representada do segundo outorgante.
2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o caderno de encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pela representada do segundo outorgante.

Cláusula Décima Quarta
(Produção de Efeitos Financeiros)

1. O presente contrato começará a produzir efeitos financeiros a partir da data da sua publicitação no portal da internet dedicado aos contratos públicos, no sítio www.base.gov.pt.
2. O presente contrato encontra-se isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 87-B/2004, de 30 de dezembro, 48/2006, de 29 de agosto, 35/2007, de 13 de agosto, 3-B/2010, de 28 de abril, 61/2011, de 7 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e da Resolução do Tribunal de Contas número 14/2011, de 11 de julho de 2011, publicada no DR, 2ª série, nº 156, em 16 de agosto de 2011.

Cláusula Décima Quinta
(Regulamento Geral de Proteção de Dados)

De acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU 2016/679 do P.E. e do Conselho de 27 de abril - RGPD), e depois de previamente informados acerca do conteúdo do



MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 506 149 811

RGPD, prestam expressamente o seu consentimento à incorporação e tratamento dos seus dados pessoais nos ficheiros e documentos utilizados neste Município.

Cláusula Décima Sexta *(Designação do Gestor do contrato)*

Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, foi designado, como gestor do contrato, Eng. Mário Alberto Gonçalves Costa, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 04 de novembro de 2019, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

Cláusula Décima Sexta *(Comunicações)*

1. Para efeitos das comunicações a efetuar no âmbito do Contrato, as partes contratantes indicam os seguintes endereços e meios de contato:

- a. Município de Montalegre, com sede no edifício dos Paços do Concelho, sito à Praça do Município, n.º 1, 5470-204 Montalegre, e-mail: municipio@cm-montalegre.pt
- b. Montalegre as Claras Unipessoal Lda., com sede na Zona Industrial nº 58, 5470-254 Montalegre, e-mail: montalegreasclaras@sapo.pt

2. Em caso de alteração de endereço e /ou meio de contato, as Partes Outorgantes comprometem-se a comunicar oportunamente a respetiva alteração.

Cláusula Décima Sétima *(Disposições finais)*

1. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para processamento das despesas públicas.
2. O procedimento relativo ao presente contrato obteve parecer prévio favorável por despacho do Presidente da Câmara Municipal Montalegre, datado de 04 de novembro de 2019.
3. A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de novembro de 2019.
4. A minuta do contrato foi aprovada em 12 de novembro de 2019 e aceite pela empresa adjudicatária 21 de novembro de 2019
5. O encargo máximo estimado do presente contrato é de € 19.900,00 (dezanove mil e novecentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

E pelo segundo outorgante foi dito:

Cláusula Décima Oitava
(Aceitação)

O segundo outorgante aceita o presente contrato em nome e para a sua representada, com todas as obrigações que dele emergem, pela forma como fica exarado neste contrato e documentos que dele ficam a fazer parte integrante e atrás citados, renunciando expressamente, a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular.

Fazem parte deste contrato os seguintes documentos, os quais ficam arquivados no respectivo maço:

- Cópia do despacho que autorizou a abertura do procedimento de ajuste direto, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 04.11.2019 (vide doc. n.º 1);
- Cópia do Convite e do Caderno de Encargos, aprovados no âmbito do ajuste direto enviado para o concorrente (vide docs. n.ºs 2 e 3, respetivamente);
- Cópia da proposta apresentada pela adjudicatária (vide doc. n.º 4);
- Cópia da declaração subscrita pela empresa adjudicatária a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos (vide do. n.º 5);
- Cópia do relatório final, datado de 12.11.2019, sobre o qual foi exarado despacho de adjudicação pelo Senhor Presidente da Câmara (vide doc. n.º 6);
- Declaração emitida pela Segurança Social, emitida em 26.11.2019, (vide doc. n.º 7);
- Certidão da situação tributária regularizada, emitida em 26.11.2019, (vide doc. n.º 8);
- Certidão permanente do Registo Comercial, subscrita em 27.11.2019 e válida até 27.02.2020, (vide doc. n.º 9);
- Certificado do Registo Criminal do sócio-gerente da empresa emitido em 21.11.2019 (vide docs. n.º 10);
- Certificado do Registo Criminal da empresa emitido em 21.11.2019 (vide doc. n.º 11);
- Cópia da aprovação da minuta do contrato, aprovado no dia 12.11.2019 (vide doc. n.º 12);
- Cópia do compromisso n.º 1561/2019 (vide doc. n.º 13).

O presente contrato, composto por três folhas, ocupando a frente e o verso, feito em duplicado, foi lido em voz alta, na presença simultânea de ambos os intervenientes, e explicado o seu conteúdo e efeitos, de que mostraram ficar cientes, e vai ser assinado pelos outorgantes, pela ordem por que foram mencionados e por o _____, bem conforme à sua vontade.

Pelo Primeiro Outorgante: _____

Pelo Segundo Outorgante: _____

O Oficial Público: _____